

**DO ÓDIO À VIOLÊNCIA: COMO ANÁLISE DOS DISCURSOS DE ÓDIO PODEM CONTRIBUIR PARA A REFLEXÃO SOBRE AS VIOLÊNCIAS ESCOLARES**

**FROM HATE TO VIOLENCE: HOW ANALYSIS OF HATE SPEECH CAN CONTRIBUTE TO REFLECTION ON SCHOOL VIOLENCE**

**DEL ODIO A LA VIOLENCIA: CÓMO EL ANÁLISIS DEL DISCURSO DEL ODIO PUEDE CONTRIBUIR A REFLEXIONAR SOBRE LA VIOLENCIA ESCOLAR**

Rachel Pulcino<sup>1</sup>

**Resumo**

Do ódio à violência, este artigo pretende refletir sobre as relações entre as produções de discursos de ódio na *internet*, especificamente nas redes sociais e sua articulação com os fenômenos das violências escolares. Entendo que os discursos de ódio se constituem num fenômeno contemporâneo, tornando-se necessária a análise das suas características e padrões de ataques e circulação nas redes, possibilitando compreender as forças políticas-sociais que atuam na fundamentação do ódio e suas principais formas de captação de indivíduos para a disseminação do ódio em rede. Partindo deste olhar, proponho uma investigação qualitativa de inspiração foucaultiana para a construção dos caminhos teóricos-investigativos sobre os dados publicados pelo Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) das denúncias contra discursos de ódio nas redes sociais, para refletir sobre as possíveis relações entre a produção e circulação do ódio na *internet* com o aumento das violências nas escolas.

**Palavras-chave:** discursos de ódio; redes sociais; violências escolares.

**Abstract**

From hate to violence, this article aims to reflect on the relationship between the production of hate speech on the internet, specifically on social networks, and its articulation with the phenomena of school violence. I believe that hate speech is a contemporary phenomenon, making it necessary to analyze its characteristics and patterns of attacks and circulation on the networks, making it possible to understand the political and social forces that act in the foundation of hatred and their main ways of capturing individuals for the dissemination of hatred on the network. From this perspective, I propose a Foucauldian-inspired qualitative investigation to build theoretical and investigative paths on the data published by the National Observatory on Human Rights (ObservaDH) of the Ministry of Human Rights and Citizenship (MDHC) on complaints against hate speech on social networks, in order to reflect on the possible relationship between the production and circulation of hate on the internet and the increase in violence in schools.

**Keywords:** hate speech; social networks; school violence.

---

<sup>1</sup>Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal Juiz de Fora (UFJF). Doutora e mestra em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Graduada em História pela Universidade Gama Filho (UGF). Docente da rede privada de educação. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4871-4769>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9821535663939414>. E-mail: [rachelpulcino@gmail.com](mailto:rachelpulcino@gmail.com)

### Resumen

Del odio a la violencia, este artículo pretende reflexionar sobre la relación entre la producción de discursos de odio en internet, específicamente en las redes sociales, y su articulación con los fenómenos de violencia escolar. Considero que el discurso de odio es un fenómeno contemporáneo, lo que hace necesario analizar sus características y patrones de ataque y circulación en las redes, permitiendo comprender las fuerzas políticas y sociales que actúan para justificar el odio y las principales formas en que los individuos son atraídos a la difusión del odio en la red. Desde esta perspectiva, propongo una investigación cualitativa de inspiración foucaultiana para construir caminos teórico-investigativos sobre los datos publicados por el Observatorio Nacional de Derechos Humanos (ObservaDH) del Ministerio de Derechos Humanos y Ciudadanía (MDHC) sobre denuncias contra el discurso de odio en las redes sociales, con el fin de reflexionar sobre las posibles relaciones entre la producción y circulación del odio en internet y el aumento de la violencia en las escuelas.

**Palabras clave:** discurso del odio; redes sociales; violencia escolar.

### Introdução

Em uma rápida pesquisa no buscador *Google*, encontramos números elevados e notícias jornalísticas alarmantes sobre os atentados às escolas brasileiras. As notícias buscam quantificar a recorrência dos ataques e seu crescimento na atualidade. E, por meio destes dados, elas nos apresentam uma dura e triste realidade marcada pela ruptura da violência extrema que extrapola as barreiras do cotidiano escolar.

Estes ataques não fazem parte da rotina educacional, nem podem ser considerados desta forma, eles apontam um ponto de ruptura, são indicativos de que algo precisa ser transformado. Esse algo a ser modificado diz sobre a normalidade escolar, dos fenômenos que consideramos comuns, das violências que habitam o espaço escolar e que necessitam ser analisadas antes de se transformarem em algo maior que rompe a aparente “normalidade” do cotidiano. Ao escrever sobre o poder, Foucault (2015) nos ensinou que o poder é apenas as formas pelas quais os jogos de poder definem as relações sociais em diferentes momentos históricos. Ou seja, enquanto uma forma, o poder possui a qualidade de ser variável e por isso pode ser transformado, ao mesmo tempo as condições da sua mudança são distintas ao longo do processo histórico, sendo assim, “são as práticas que dizem o tipo de poder que as mantém ou as desestabiliza” (Passos, 2013, p. 11). Pensar as práticas e os discursos como algo produtivo abre possibilidades para refletir sobre a escola e a educação, sobre as potencialidades do debate educativo de fomentar outros espaços, diferentes daqueles permeados pelo ódio e/ou pela violência, mas como *lócus* de produção de dialógicas e de múltiplos saberes.

Assumindo uma perspectiva foucaultiana, torna-se necessário lembrar que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (Foucault, 2013, p.10). Assim, ao adentrarmos pelas trincheiras dos embates dos discursos de ódio e das violências contra as escolas é imperativo lembrar pelo que se luta. Trata-se de uma luta pelo significado da educação, pela valorização da escola e da docência, pelo reconhecimento e pelo direito à diferença.

Parto deste ensinamento foucaultiano para analisar as práticas e os discursos que se mesclam entre as produções de discursos de ódio nas redes sociais e o fenômeno das violências escolares. Em vista disso, esse texto foi construído a partir de dados publicados pelo Observatório Nacional dos Direitos Humanos (ObservaDH) do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) que reúne informações sobre as denúncias realizadas sobre discursos de ódio nas redes sociais e sobre os ataques produzidos contra escolas no Brasil. Trata-se de um trabalho qualitativo de inspiração na analítica foucaultiana, a qual se pretende refletir sobre as inter-relações entre a produção de discursos de ódio e as violências escolares, cujo objetivo é contribuir para a ampliação do debate teórico-analítico acerca desta problemática. Para isso, proponho um exercício reflexivo acerca das relações entre esses dois movimentos contemporâneos, a proliferação dos discursos de ódio nas redes digitais, buscando elencar as bases político-sociais presentes na sociedade contemporânea que sustentam esses discursos, bem como, apresentar uma perspectiva teórica acerca da produção de discursos de ódio. Em seguida, analiso as possibilidades de inter-relações entre a disseminação de comunidades de ódio nas redes sociais e o crescimento dos ataques extremos contra as escolas, destacando as dinâmicas de cooptação de jovens e a naturalização da violência. Por fim, será apresentada uma guisa conclusiva elencando as principais problematizações desenvolvidas ao longo do texto relacionando a disseminação de discursos de ódio em rede e sua relação com o fenômeno das violências escolares.

### **As condições de disseminação dos discursos de ódio nas mídias digitais**

Atualmente observamos que o aumento da acessibilidade das mídias sociais vem modificando a realidade social, a partir dos novos modos de socialização e comunicação entre os sujeitos. Nesse processo de transformação das relações as redes digitais passam a ocupar um espaço cada vez maior na vida cotidiana, atuando como *locus* de informação, produção de formas de sociabilidades, produções de subjetividades, novas formas de interação e comunicação entre os sujeitos.

Contudo, as redes também são espaços de tensionamentos, marcados por embates e manifestações de violências, como os discursos de ódio que se alastram pelas mídias sociais, sinalizando um “clima de radicalização política permanente na *web*” (Quadrado & Ferreira, 2020, p. 421). Esse ambiente de radicalidade política se torna um ambiente propício para a manifestação do ódio e de ataques àqueles que destoam do grupo dominante e/ou são considerados inferiores. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2023, coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a *internet* foi acessada em 95,5% dos domicílios brasileiros, com percentual maior nas regiões urbanas 94,1% e no meio rural de 81%. Esses dados apontam o quanto a esfera digital torna-se cada vez mais presente no cotidiano das pessoas. Dentre as principais formas de uso à *internet* encontramos o acesso via smartphones, associado a redução da utilização dos microcomputadores e *tablets* como principais veículos de inserção na rede digital. Em 2022, o IBGE já havia indicado que dentre as finalidades do emprego dos telefones celulares 83,6% eram destinados ao uso das redes sociais.

Como parte da vida cotidiana, a *internet* e as redes sociais exercem papel de espaços de socialização, mas também como palco de tensões e conflitos, como é o caso dos discursos de ódio em circulação nas redes. Diante disso, faz-se necessária a construção de investigações sobre as condições de emergência dos discursos de ódio na esfera digital e as práticas envoltas nesses discursos. Trabalhos como os de Gallego (2018) e Miguel (2018), apontam que a circulação do ódio nas redes faz parte de um movimento mais amplo que coloca em risco a própria continuidade democrática, trata-se de uma virada neoconservadora. Esta virada em direção ao novo conservadorismo faz parte de um movimento global e contemporâneo, presente no Brasil e no mundo, possuindo fundamentações no neoliberalismo, trata-se de um movimento novo que tem entre seus

pilares: (i) a separação entre política e economia que defende a redução do Estado e das garantias de direitos civis e sociais; (ii) no fundamentalismo religioso que parte de um discurso produtor de uma “verdade” revelada e absoluta, fundamentada nos textos bíblicos cristãos articulado na construção de uma “agenda moral” que rejeita quaisquer transformações sociais e culturais que não estejam de acordo com os preceitos religiosos (Miguel, 2018). Inseridos numa agenda neoconservadora e com uma justificativa religiosa, este movimento entrelaça política com religião, organizando pautas na defesa de valores morais tradicionais patriarcais e do neoliberalismo.

Assim, o avanço do neoconservadorismo também cresce nas redes, seja através da criação de perfis/blogs/canais de lideranças conservadoras políticas e/ou religiosas, bem como, pela criação de canais de divulgação de *fake news* nas plataformas, como pela atuação de influencers digitais e comunidades destinadas a propagar esses ideais, por exemplo, páginas antifeministas e contra os direitos LGBTQIA+<sup>2</sup> entre outras minorias. Ancorado nesta agenda, o neoconservadorismo em expansão no Brasil, defende e constrói sua plataforma na defesa de uma ideia de universalidade e da valorização dos valores cristãos, reforçando ao movimento sua fundação e justificativa moral (Teixeira & Henriques, 2022). Ademais, avançam nas redes sociais, seja no *Instagram*, X (antigo *Twitter*), *Facebook*, *YouTube* ou em outras plataformas, perfis liderados por personagens e *coaches* masculinos e/ou femininos que rejeitam o feminismo, defendendo que o movimento de mulheres em prol de direitos representa uma ameaça aos valores da família “tradicional”, resgatando discursos conservadores e de cunho moralizantes.

Esses discursos se originam em um contexto reativo ao aumento da liberdade de gênero e da ampliação dos direitos das minorias sociais, transformando-se na *internet* em instrumentos de ataques em forma de “humilhação e injúrias, justamente por se manifestarem como uma reação de agentes que operam mecanismos de dominação e controle social” (Pulcino & Ferrari, 2024, p. 13). Sendo assim, entendo por discursos de ódio manifestações de ataques faladas e/ou escritas direcionadas a sujeitos e/ou grupos que possuem o intuito de agredir, insultar, menosprezar, desqualificar sujeitos que se

<sup>2</sup> A sigla LGBTQIA+ é utilizada para se referir a diferentes identidades de gênero e sexuais, são elas: Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexos, assexuais e o símbolo de + inclui outras orientações e identidades que não se enquadram no padrão cisheteronormativo.

tornam alvo do ódio (Trindade, 2023; Santos, 2016). Esses discursos podem ser direcionados a um indivíduo e/ou um grupo determinado, sendo mobilizados por cunho político, social e cultural visando atribuir características negativas, pejorativas aos sujeitos. Estes ataques fazem parte de uma teia discursiva que se expande nas redes digitais (Trindade, 2023; Quadrado & Ferreira, 2020; Oliveira, Lima & Gomes, 2018; Pulcino & Ferrari, 2024), como uma continuidade de preconceitos e discriminações que habitam o corpo social.

Segundo Brugger (2009, p. 118), um ataque de ódio, “refere-se a palavras que tendem a insultar, intimidar ou assediar pessoas em virtude de sua raça, cor, etnicidade, nacionalidade, sexo ou religião, ou que têm a capacidade de instigar violência, ódio ou discriminação contra tais pessoas”. Trata-se de uma violência que visa “constituir o sujeito em uma posição subordinada” (Butler, 2021, p. 39), demarcando sua inferioridade e produzindo um efeito de recontextualização do sujeito alvo do ódio. Logo, o ataque de ódio produz no sujeito uma forma específica de violência por abrir um processo, trata-se de um processo de renomeação do sujeito, pois “ser ferido pelo discurso é sofrer uma perda de contexto, ou seja, é não saber onde se está” (Butler, 2021, p. 15). Portanto, estes discursos não podem ser tratados como produções rotineiras inseridas na lógica das redes, trata-se de uma ação intencional que visa produzir um ataque ao sujeito, sendo estes muitas vezes fundamentados em preconceitos e estereótipos presentes no pensamento social.

Para Silva, Francisco e Sampaio (2021), os discursos de ódio possuem características específicas quando produzidos nas redes sociais, a saber: (i) o anonimato, a sensação de “conforto” e encorajamento experienciada pela ideia do afastamento do alvo que recebe a agressão; (ii) alcance, permanência e itinerância do fenômeno, a ideia de que o discurso proferido por permanecer por tempo indeterminado nas redes; (iii) a invisibilidade, construída pela ideia de distância do autor do discurso produz uma percepção subestimado do peso do discurso proferido, (iv) a comunidade, através da *internet* são construídas comunidades que aproximam sujeitos com ideias/pensamentos aproximados contribuindo para o envolvimento dos sujeitos e favorecendo a construção de um público para o ódio; (v) instantaneidade, a lógica de rede proporciona que a

manifestação de ódio alcance uma ampla gama de pessoas rapidamente fomentando reações aos discursos. Ao examinarmos as características que fundamentam as teias discursivas do ódio nas redes encontramos um conjunto de práticas produzidas com o intuito de construir mecanismos de aceitação e de manutenção do ódio em rede. Sendo assim, anonimato, alcance, invisibilidade, comunidade e instantaneidade não são apenas características dos discursos de ódio nas redes sociais, são formas de instrumentalização desses discursos que produzem a sua própria estabilidade entre as disputas de poder presentes nas teias cibernéticas. Sob “um efeito de terra sem rei e sem lei, que é alimentado ainda pela possibilidade de anonimato e pela distância física entre os usuários-sujeitos” (Grigoletto & França, 2018, p.43). Indo além, a ideia de anonimato e de uma suposta ausência de leis que marca a internet contribui para gerar uma sensação de conforto em manifestar ideias/pensamentos que seriam socialmente criticados e/ou combatidos fora dos espaços cibernéticos. Fora isso, a própria lógica algorítmica que aproxima usuários com páginas, *blogs* e conteúdos de perfil similares contribui na geração dessa ideia falseada de território sem lei que habita a internet. Sobre isso, Grigoletto e França (2018), discutem o quanto essa percepção de desterritorialização presente no ciberespaço influencia na construção de uma visão de si mesmo capaz de proferir discursos sem qualquer limitação devido a uma interpretação equivocada da noção de liberdade na esfera digital.

Associada a esta percepção de plenos poderes ao discurso configura-se uma noção distorcida do ideal de liberdade de expressão, no qual, o direito à opinião é deturpado e instrumentalizado para defender a propagação do ódio. Sobre esse processo Valente (2020) pontua o quanto a falta de estratégias comuns entre as redes sociais de combater os discursos de ódio contribuem para dificultar o processo de identificação e definição das fronteiras em que determinadas falas e/ou postagens se tornam abusivas. Esta ausência de coerência gera desafios na construção de limites claros entre as plataformas em delimitar as violências devido seus próprios mecanismos de estratégia de “cooptação da atenção, que se converte em ativo econômico” (Valente, 2020, p. 34).

A análise dos discursos de ódio implica compreender não apenas como esses discursos se disseminam no interior das redes, mas também entender os mecanismos que

sustentam suas narrativas. Neste sentido, é fundamental compreender “o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (Foucault, 2015, p. 45). Em outras palavras, faz-se necessário analisar as formas/mecanismos pelos quais esses discursos de ódio se constituem, os discursos que os sustentam, as práticas que viabilizam estes discursos e os sujeitos que são convocados a produzir os ataques de ódio.

Compreendido o cenário político-social que sustentam os discursos de ódio e identificadas as principais bases teóricas que fundamentam a reflexão analítica, resta-nos interrogar as relações entre as produções de discursos de ódio nas redes digitais e suas articulações com os ataques contra as escolas.

### **Do ódio à violência: a disseminação de discursos de ódio nas redes sociais e suas contribuições para análise das violências escolares**

A questão da violência e a sua conceituação é uma temática enfrentada por diferentes autores na literatura educacional. A vista disso, ressalto a importância de ir além de uma concepção da violência apenas como uma manifestação física, para pensá-la em suas múltiplas dimensões (Debarbieux, 2003).

Segundo Charlot (2002), podemos caracterizar as violências escolares em três categorias: (i) a violência na escola, aquela realizada dentro do espaço escolar sem ter necessariamente uma relação direta com as atividades institucionais, ou seja, a escola é apenas o local onde esta violência se manifesta; (ii) a violência à escola, é relacionada à natureza e as atividades escolares, ocorre quando estudantes produzem violências contra a escola, exemplo, são agressões a docentes e/ou ao espaço físico da escola; (iii) a violência da escola, é uma forma de violência institucional e/ou simbólica, ocorre quando a escola atua de forma violenta com os estudantes, por exemplo, quando há imposição de regras e atos considerados injustos pelos estudantes. Neste sentido, compreendo a escola como um espaço marcado por violências visíveis e invisíveis, sendo necessário analisar a violência escolar como “um fenômeno com muitas facetas que assume determinados

contornos em consequência de práticas que acontecem nas escolas” (Abramovay, 2021, p. 9).

Segundo o ObservaDH do MDHC, ocorreram 43 ataques de extrema violência contra escolas no Brasil desde 2001, com 168 vítimas, sendo 27,9% de vítimas fatais, 68,4% de pessoas feridas e 6 autores vieram a óbito. Quando analisamos o período de produção desses ataques, observamos entre os anos de 2001 e 2018, foram realizados 10 ataques extremos em escolas brasileiras, já entre os anos de 2019 a 2023, os números de ataques aumentam com uma escalada entre os anos de 2022 e 2023, em que foram realizados, respectivamente, 10 e 15 ataques às escolas (ObservaDH, 2024, s/p). Ou seja, esses números evidenciam uma escalada do número de ataques de extrema violência nos últimos anos. É importante ressaltar que existem inúmeras violências que habitam os espaços escolares, contudo, estes dados indicam para um fenômeno distinto, eles apresentam grandes atos de violências com repercussões que extrapolam a regularidade dos espaços escolares.

Assim, o termo ataques de extrema violência contra as escolas refere-se a atos violentos realizados deliberadamente contra o ambiente escolar e/ou a vida de diferentes indivíduos que integram a comunidade educativa (Brasil, 2023). Em outros termos, esses ataques representam episódios de violência que extrapolam o cotidiano escolar, representando ações extremadas contra as escolas. Eles representam atos de violências à escola na categoria de Charlot (2002). Segundo o relatório “Ataques às Escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental”, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2023), esses ataques possuem múltiplas causas e são consequências de ciclos de violências vivenciados no contexto escolar e na sociedade como um todo, sendo desenvolvidos quando há uma ruptura com os valores da convivência democrática e pela negação do outro. “Na maior parte das vezes, a violência à escola é perpetrada por alunos e ex-alunos e se trata de uma violência reativa que visa reparar o fracasso e as violências cotidianas vividas ao longo do processo de escolarização” (Brasil, 2023, p. 40). Assim sendo, é necessária a compreensão de que esses rompimentos com os mecanismos democráticos e com o reconhecimento do outro são processos construídos ao longo do tempo e muitas vezes entre vivências de violências.

Torna-se imprescindível analisar os dispositivos que sustentam dinâmicas violentas nos cotidianos escolares, é através do exame das práticas, das rotinas e dos discursos que habitam a escola em sua amplitude que serão encontradas pistas para a desconstrução dos laços de solidariedade democrática e de valorização do outro. A escola enquanto instituição disciplinar atua na produção de corpos docilizados através da instituição da disciplina como um método de controle dos corpos estudantis. A disciplina se exerce como um “poder relacional que se autossustenta por seus próprios mecanismos” (Foucault, 2014b, p. 174). Dentro da própria organização escolar são instituídas e praticadas formas violentas de ser e agir que culminam em processos de violências da escola, como mecanismos inscritos na rotina escolar, seja na divisão das classes etárias e seriadas, na composição disciplinar, na definição dos horários escolares e até pela reprodução de estereótipos e preconceitos que conduzem a processos de fracassos e exclusões escolares. Sendo assim, faz-se necessária uma investigação ampla e atenta dos fatores que favorecem o desenvolvimento das múltiplas formas de violências escolares sejam estas macroviolências ou microviolências.

De acordo com o Observatório Nacional dos Direitos Humanos, a maioria desses ataques são realizados com armamentos de fogo (19) e armas brancas (20), o que contribui para a letalidade dos atos violentos contra escolas e do número elevado de vítimas. Outro ponto destacado pelo órgão é a identificação do perfil dos autores dessas violências que são em geral do “sexo masculino, frequentemente estimulados por discursos de ódio disseminados em plataformas e comunidades extremistas na internet” (ObservaDH, 2024, s/p).

Inseridos nas lógicas das redes sociais, estes sujeitos - autores dos ataques extremos contra escolas - se tornam integrantes em comunidades nas plataformas digitais que atuam incentivando a aproximação de indivíduos, utilizando-se de discursos ligados a defesas de pautas conservadoras que fomentam ódio às minorias como uma forma de atrair novos adeptos nas redes. É preciso ler este movimento como um braço da ascensão do neoconservadorismo contemporâneo que age na regulação e controle das subjetividades ancorados no fundamentalismo religioso e no discurso político de direita (Miguel, 2018). A ONG SaferNet identificou que apenas em 2022, os crimes de ódio na

*internet* alcançaram 74 mil denúncias. A ONG reúne informações da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos e, analisando-se os registros entre os anos de 2017 e 2022, os delitos mais reportados foram apologia de crimes contra a vida e misoginia. “Além disso, a misoginia foi também o tipo de crime de ódio que mais cresceu entre 2017 e 2022, passando de 961 denúncias em 2017 para 28.679 em 2022, um aumento de quase 30 vezes” (ObservaDH, 2024). Estes números indicam o quanto os crimes de ódio contra as mulheres representam um problema e se proliferam nas mídias. Indo além, estes dados apontam o quanto a violência contra as mulheres em nossa sociedade é normalizada.

Arendt (1999), ao analisar o julgamento do oficial nazista Adolf Eichmann<sup>3</sup>, deparou-se com um sujeito dotado de uma aparente normalidade, era assim que o réu e seus advogados de defesa o representavam. Eichmann era exposto no julgamento como um funcionário da burocracia do Estado que recebia ordens e seguia, ele era um executor de ordens que lhe eram repassadas e fazia isso sem hesitar ou pensar em contrariá-las. Era descrito - por sua defesa - como um burocrata e por conta da sua função na racionalidade estatal havia participado de inúmeros crimes cometidos dentro do Estado nazista. Sua análise nos apresenta um sujeito de aparente normalidade que apesar disso é capaz de cometer atrocidades e compactuar com o genocídio empregado no nazismo. Para além da normalidade do sujeito, a autora nos convida a analisar o lugar da irreflexão na figura de Eichmann.

Foi pura irreflexão - algo de maneira nenhuma idêntico à burrice - que o predispôs a se tornar um dos grandes criminosos desta época. E se isso é ‘banal’ e até engraçado, se nem com a maior boa vontade do mundo se pode extrair qualquer profundidade diabólica ou demoníaca de Eichmann” (Arendt, 1999, p. 311)

Dessa forma, a reflexão de Arendt (1999) nos fornece instrumentos para pensarmos a força da disseminação dos discursos de ódio na *internet*, mas também sobre o fenômeno das violências escolares. Pois, ao pensar na própria natureza do ódio que não

<sup>3</sup> Adolf Eichmann foi um oficial nazista encarregado e responsável pelo envio de milhares de judeus aos campos de concentração durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Seu julgamento foi realizado na cidade de Jerusalém entre os meses de abril e dezembro de 1961, o processo contou com grande cobertura jornalística e foi finalizado com a condenação de Eichmann à morte.

precisa ter necessariamente uma profundidade demoníaca, mas que pode facilmente se alimentar da irreflexão, utilizando de preconceitos e discriminações já presentes no pensamento social encontra facilmente adeptos ao discurso. Ademais, Arendt (1999) argumenta por meio do conceito de banalidade do mal o lugar da “normalidade” que a violência se configura em nossa sociedade, pois ela se torna algo banalizado na medida em que se repete e se torna algo comum no cotidiano e na experiência social. Nesta perspectiva, problematizamos os caminhos da banalização da violência como um efeito do poder. Entendendo o poder como “algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia” (Foucault, 2015, p. 284), é possível analisar o ponto que torna a violência algo a ser normalizado. Em outras palavras, trata-se de uma investigação acerca dos discursos e das práticas que legitimam as violências no cotidiano. Desta forma, a disseminação dos discursos de ódio nas redes sociais seriam mais um dos efeitos desse processo, constituindo-se numa nova forma instrumental de transformação da violência que circula no corpo social.

Assim, a análise sobre a ampliação dos discursos de ódio nas redes digitais deve considerar os efeitos da banalização da violência no tecido social. Torna-se relevante a compreensão das práticas e discursos que são mobilizados nesse processo de naturalização da violência. Nesta linha, o Relatório “O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental” (2022), produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, nos auxilia a identificar o perfil dos sujeitos (usuários das redes) que são cooptados por discursos de ódio e de cunho violento propagado pela extrema-direita. Segundo o Relatório, os principais públicos e potenciais propagadores desses discursos são “majoritariamente adolescentes brancos e heterossexuais, e a misoginia exerce um papel crucial no processo”. Este dado indica que em geral as comunidades de extrema-direita e ódio na internet buscam um tipo específico demarcado pela juventude masculina branca e heterossexual. Este perfil aponta para um tipo específico de sujeito fora do que é comumente delimitado como um sujeito minoritário, ou seja, não se busca cooptar jovens inseridos em movimentos sociais e/ou identitários. Trata-se justamente do oposto, esses grupos almejam se aproximar de jovens brancos e heterossexuais e se utilizam de

discursos misóginos como um instrumento de convergência. Trata-se de uma estratégia que visa aproximar os sujeitos que se utilizam da naturalização da violência contra a mulher presente na sociedade para atrair jovens para movimentos de extrema-direita. Contudo, esses discursos fazem parte de um contexto político-social mais amplo baseado na defesa de uma cruzada moral e antigênero, esses movimentos defendem e pautam concepções essencialistas dos sujeitos, dos gêneros e das sexualidades, rechaçando e agindo contrariamente às discussões de gênero e sexualidade na educação.

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita "primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos", da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais (Junqueira, 2018, p. 451).

Sendo assim, não é por acaso que entre os maiores índices de denúncias relacionadas à *internet* esteja a misoginia, pois entre esses grupos crescem e se propagam ideias pautadas na essencialização dos gêneros, no combate ao feminismo e aos direitos das mulheres. Entre essas páginas, discursos de ódio às mulheres que excedem os padrões morais tradicionais (Beleli, 2022). Ademais, o perfil predominantemente masculino desses grupos aponta para outras características desses ambientes: a produção de espaços que defendem um ideal específico de masculinidade. Associados a estes movimentos surgem subgrupos e subculturas na esfera digital como “manosfera”, o *incel* (celibatário involuntário) e a teoria *red pill* (pílula vermelha). Em cada subcultura são apresentadas “justificativas” que criam pilares do masculinismo, assim, a “manosfera” corresponderia ao reduto masculinista, como um espaço para o desenvolvimento comportamentos/personalidades masculinas baseadas numa multiplicidade de ideias e teorias que possuem em comum a oposição ao pensamento feminista; já a subcultura *incel*, está inserida no universo da “manosfera” e representa o conjunto de homens que tentam explicar com auxílio de pressupostos masculinistas os motivos pelos quais eles não conseguem desenvolver relações afetivas amorosas (Amato & Miguel 2024). Partindo de referenciais cinematográficos, a teoria *red pill* é inspirada no longa-metragem

Matrix (1999), dirigido e roteirizado pelas irmãs Lana Wachowski e Lilly Wachowski. Apropriando-se da metáfora do filme, a teoria defende uma ideia de revelação da realidade aqueles que optam por tomar a pílula vermelha. Logo, os grupos *red pill* constroem uma narrativa própria sobre a “opressão histórica praticada contra as mulheres não passa de uma ilusão” (Silva & Hennigen, 2022, p. 2), forjada para esconder uma suposta opressão vivenciada pelos homens na sociedade produzida pelas mulheres. Sendo assim, estes subgrupos possuem em comum uma retórica que reforça o ideal de masculinidade hegemônica, partindo da inferiorização e subalternização de outras formas de masculinidades que não se enquadram no perfil hegemônico, mas não somente, faz parte das suas produções de subjetividades a internalização de padrões sexistas e homofóbicos (Kimmel, 1998).

Entre diferentes formas e nomenclaturas, esses grupos constroem uma atmosfera e realidade própria via discurso. De modos distintos, eles produzem uma retórica específica da masculinidade e da feminilidade, transformam mulheres e gays em seres desviantes e propagam através de discursos de ódio, misoginia e lgbtfobia. Além de violências discursivas, esses grupos produzem em seus redutos digitais ideais e padrões de masculinidades que contribuem para a produção de corpos masculinos e de relações de poder forjadas na arbitrariedade e no rechaço à diversidade sexual e de gênero. No interior dessas relações de poder, a violência se torna um instrumento da própria lógica de poder que impera nesses espaços (Passos, 2013). Assim, o poder disciplinar se constitui no processo de fabricação de corpos sob ótica da masculinidade hegemônica que precisa a todo custo evitar qualquer possibilidade de desvio, cujo objetivo se centra em: “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer” (Foucault, 2014b, p. 135). Trata-se de um investimento disciplinar que sob o disfarce de suposto “empoderamento” masculino contra os abusos femininos cria um sistema de regulação e controle de corpos docilizados em consonância com os valores masculinistas e instrumentalizados em operacionalizar mecanismos de violências.

Esta lógica de instrumentalização do ódio e da violência pode ser relacionada aos recursos mobilizados pelos canais de discursos extremistas nas redes digitais para cooptar indivíduos para integrar suas comunidades. Segundo a Campanha Nacional pelo Direito

à Educação (2022), os principais mecanismos de cooptação utilizados nas redes são: (i) os memes<sup>4</sup> que naturalizam e relativizam através de discursos irônicos violências e discursos fascistas/neonazistas e supremacistas e de ódio; (ii) a estética e linguagem violentas características da “machoesfera” (ambiente produzido e dominado por homens) pautados em falas machistas, misóginas e racistas difundidos em diversas comunidades nas redes sociais masculinistas; (iii) a “trollagem” (comentários provocativos/ofensivos) nas redes como fomentar mensagens e comentários em fóruns públicos *on-line* com o objetivo de desestabilizar indivíduos; (iv) os jogos *on-line* que incitam práticas e discursos violentos de formas indiretas para levar usuários para outros canais de cunho mais extremistas. Ancorados por discursos extremistas e de ódio disfarçados de memes e pela linguagem da *internet*, jovens e adultos são inseridos em redes *on-line* via comunidades da *Deep Web* que propagam ideias neofascistas, racistas, misóginas e discriminatórias.

O mesmo Relatório da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2022) aborda o processo de cooptação dos jovens nas redes digitais para grupos/comunidades extremistas. O Relatório discute como nas comunidades *gamers* (jogadores *on-line*), esses sujeitos adquirem contato com teorias e ideologias da extrema-direita e discursos de banalização da violência, através dessas comunidades os jovens são direcionados para grupos de debates em outros aplicativos como *Telegram* e *WhatsApp*, “são introduzidos a canais de teoria da conspiração e outros espaços em que há revisionismo histórico ou fatos sem embasamento científico algum sendo disseminados como verdades” (2022, p. 18). Em contato com supostas “teorias” - sem validação e/ou legitimidade científica - estes jovens adquirem conteúdos que estimulam a prática da violência, incluindo a propagação de ataques realizados que são tratados como “inspirações” - perigosas e preocupantes -, para a efetivação de novos ataques. Trata-se de um mecanismo de cooptação que pretende não apenas integrar indivíduos nas comunidades e receptores/espectadores de conteúdos, como também pretende formar novos agentes de articulação em potencial de discursos de ódio e de atos de extrema violência. Desta forma,

---

<sup>4</sup>O termo meme é utilizado na *internet* para expressar uma mensagem de tom irônico, críticas ou piada que pode ou não ser acompanhada por uma imagem estática, texto ou vídeo compartilhado por usuários nas redes/comunidades online. Para saber mais ler: TORRES, Ton. O fenômeno dos memes. *Ciência e Cultura*. vol.68 no.3 São Paulo July/Sept. 2016.

a investigação acerca das produções de discursos de ódio nas redes sociais e suas formas de cooptação de jovens na internet, torna-se um instrumento relevante para a análise das violências escolares.

Este processo salienta o quanto a captação de indivíduos para as comunidades digitais mobiliza estratégias múltiplas, seja por intermédio de memes e/ou trollagens, esses grupos compreendem a lógica da *internet* e a utilizam a seu serviço usufruindo do potencial de compartilhamento, seja com a criação de conteúdos de rápida viralização que se espalham pelas redes criando potenciais de novos integrantes das comunidades. Objetiva-se com esses conteúdos aproximar e conectar diretamente com os jovens através de mensagens simples e de fácil compreensão. Assim, os memes, jogos *on-line* e trollagens são mobilizados como estratégias de aderência, aceitação e espalhamento dos discursos de ódio na *internet*, justamente para gerar uma conexão ágil sem que haja uma mediação reflexiva que permita a crítica desses instrumentos. No caso específico dos memes, a aproximação espontânea do sujeito com o conteúdo é facilitada pelo recurso do humor e/ou da ironia que traduzem temáticas complexas para a linguagem acessível na *internet* (Torres, 2016). Somado a facilidade de propagação dos memes, esses grupos também usam instrumentos provocativos como no caso das trollagens instigando e produzindo polêmicas para atrair jovens. Sobre a polêmica, Foucault nos ensina sobre os riscos presentes no debate dominado pelo polemista, pois:

[...] seu objetivo final não será se aproximar tanto quanto possível de uma difícil verdade, mas fazer triunfar a justa causa da qual é, desde o início, o portador do manifesto. O polemista se sustenta em uma legitimidade da qual seu adversário, por definição, está excluído (Foucault, 2014a, p. 220).

Sendo assim, o discurso por meio polemista anuncia uma “verdade” marcada pela rejeição do debate, não à toa que os movimentos de extrema-direita usam da polêmica como recurso para captar indivíduos/adeptos para suas causas. O polemista se assenta na mesma base das “verdades reveladas” que distorcem o discurso para sair como vencedores. E, por isso, se utilizam de estratégias de fácil compreensão e de atração como os memes e trollagens, pois estas servem ao propósito da legitimidade da polêmica. Desse modo, a polêmica atua como um obstáculo que impede e interdita a produção de saberes,

uma vez que ela se fundamenta num jogo discursivo pautado na produção de “verdades incontestáveis”. A polêmica transforma o debate em batalha, institui alianças e cria mecanismos de coalizão como forma de enfraquecer o seu interlocutor, pois “faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que, vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer” (Foucault 2014a, p. 220). Portanto, a polêmica serve como base e fundamentação para a circulação do ódio nas redes digitais na medida em que opera através da interdição do exercício dialógico e da ação reflexiva, contribuindo para a disseminação de discursos de ódio e para a rejeição do pensamento nas relações *on-line*.

### **Considerações Finais**

Do ódio à violência, traçamos um percurso buscando compreender como a análise dos processos de disseminação dos discursos de ódio nas redes sociais contribuem para a reflexão dos fenômenos das violências. Entendemos com base na literatura as condições para emergência do ódio na sociedade se faz por meios complexos que envolvem as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais da contemporaneidade. Identificamos na ascensão das agendas neoconservadoras e antigênero associadas a discursos moralizantes pautados na defesa dos valores da “família tradicional” alicerçadas em fundamentalismos religiosos e na instrumentalização do ódio contra aqueles que representam uma afronta a esse ideal.

Analisando os relatórios produzidos entre 2022 e 2023 sobre os ataques extremos contra as escolas no Brasil, identificamos o quanto os discursos de ódio constituem pilares na construção tanto da cooptação de jovens para as comunidades extremistas, quanto também são instrumentos fundamentais para a naturalização e banalização das violências. Complementando esta análise, os dados do Observatório Nacional dos Direitos Humanos (2024) fornecem um mapeamento dos discursos de ódio proferidos nas redes sociais através da sistematização das denúncias realizadas, bem como, nos apresentam uma quantificação dos ataques realizados e dos perfis dos autores.

Ao traçar uma linha relacional entre os discursos de ódio na *internet* e a produção de violências escolares, identificou-se o papel de agenciamento das redes sociais na

captura de jovens para a extrema-direita. Disfarçados por meio de memes, trollagens, jogos *on-line* e entre redutos da mansferra de afirmação da masculinidade, escondem-se discursos de ódio, dinâmicas de incitação a violência, ideologias e mecanismos de apologia ao neofacismo/neonazismo. Identificamos ainda a utilização de preconceitos e discriminações que já estão presentes no tecido social sendo mobilizados através de memes como recursos de aproximação e conexão entre os jovens e os discursos de ódio.

Retomo as ideias de Arendt (1999) e Foucault (2014a) trabalhadas neste texto, pois acredito que a análise dos discursos de ódio entre mecanismos de irreflexão, a banalização da violência na *internet* oferece instrumentos cruciais para o enfrentamento do ódio e das violências escolares, na medida em que lançam pistas para a construção de novos investimentos de pesquisa e ações práticas na desconstrução do ódio e da naturalização da violência.

Para além do ódio e da violência, torna-se necessário o investimento em pesquisas e ações educativas múltiplas entre escola e universidade no combate dos discursos de ódio e das violências escolares pautadas na crítica da banalização das violências e no estímulo da reflexão na contramão da polêmica.

## Referências

- Abramovay, M. (2021). *Programa de Prevenção à Violência nas Escolas*. FLASCO Brasil, Violência nas Escolas (2ª ed.).
- Amato, B. & Miguel, R. de B. P. (2024). Da Matrix a Suzano: mansferra, teoria red pill e o massacre da escola Raul Brasil. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)*, 7, e15797. <https://doi.org/10.1234/rbeh.2024.15797>
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Beleli, I. (2022). Antifeminismos: os efeitos dos discursos de ódio. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 38. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2022.38.e22311>.
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo*. São Paulo: Unesp.
- Brasil. (2023). *Relatório: Ataques às escolas no Brasil: análise do fenômeno e recomendações para a ação governamental*. Ministério da Educação (MEC), Grupo de Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas, Relator: Daniel Cara (USP). <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/grupos-de-trabalho/prevencao-e-enfrentamento-da-violencia-nas-escolas/resultados/relatorio-ataque-escolas-brasil.pdf>

- Brugger, W. (2017). Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. *Revista Direito Público*, 15, 1-10.
- Campanha Nacional pelo Direito à Educação. (2022). *O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para a ação governamental*.  
[https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio\\_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental\\_RelatorioTransicao\\_2022\\_12\\_11.pdf](https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf)
- Charlot, B. (2002). A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, 4(8), 432-443.
- Debarbieux, E. (2003). *Desafios e alternativas: violências nas escolas*. UNESCO, UNDP.
- Foucault, M. (2013). *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de novembro de 1970* (23ª ed.). São Paulo: Edições Loyola.
- Foucault, M. (2014a). *Polêmica, Política e Problematização*. In: *Ética, sexualidade, política* (pp. 45-67). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Foucault, M. (2014b). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2015). *Microfísica do poder* (2ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Grigoletto, E. & França, T. A. (2020). Discursos de resistência à intolerância pela censura: o caso da propaganda do Banco do Brasil. *Letrônica*, 13(2), e36069.  
<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.36069>
- Gallego, E. S. (2018). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Ibge. (2024). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Continua: Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41026-em-2023-87-2-das-pessoas-com-10-anos-ou-mais-utilizaram-internet>
- Junqueira, R. D. (2018). A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Revista Psicologia Política*, 18 (43), 449-502.
- Kimmel, M. S. A produção simultânea das masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117.  
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71831998000200007>
- Miguel, L. F. (2018). A reemergência da direita brasileira. In E. S. Gallego (Ed.), *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil* (p. 113-134). São Paulo: Boitempo.
- ObservaDH, Observatório Nacional dos Direitos Humanos. (2024a). *Enfrentamento ao discurso de ódio*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.  
<https://observadh.mdh.gov.br/>

- ObservaDH, Observatório Nacional dos Direitos Humanos. (2024b). *Violência nas Escolas*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. <https://observadh.mdh.gov.br/>
- Oliveira, R. C. de, Lima, J. de C. P., & Gomes, R. F. (2018). Machismo e discurso de ódio nas redes sociais: uma análise das “opiniões” sobre a violência sexual contra as mulheres. *Revista Feminismos*, 6(1). <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30363>
- ONG SAFERNET. (2024). Indicadores da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos. <https://indicadores.safernet.org.br/index.html>
- Passos, I. C. F. (2013). Situando a analítica do poder em Michel Foucault. In: *Poder, normalização e violência: incursões foucaultianas para a atualidade*, 2ª ed., 99-115, Belo Horizonte: Autêntica.
- Pulcino, R. & Ferrari, A. (2024). Quando mulheres-pesquisadoras se tornam alvos de discursos de ódio? *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)*, 7, e16166. <https://doi.org/10.1234/rbeh.2024.16166>
- Quadrado, J. C. & Ferreira, E. da S. (2020). Ódio e indolência nas redes sociais digitais. *Katálysis*, 23(3), 419-428. <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p419>
- Santos, M. A. M. dos. (2016). *O discurso de ódio nas redes sociais*. São Paulo: Lura Editorial.
- Silva, L. R. L., Francisco, R. E. B., & Sampaio, R. C. (2021). Discurso de ódio nas redes sociais digitais: tipos e formas de intolerância na página oficial de Jair Bolsonaro no Facebook. *Galáxia*, São Paulo, online, 46, 1-26. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202151831>
- Silva, A. C. W., & Hennigen, I. (2024). Misoginia online: A red pill no ambiente virtual brasileiro. *Revista Feminismos*, 12(1). <https://doi.org/10.9771/rf.v12i1.57028>
- Teixeira, P. P., & Henriques, A. (2022). O novo conservadorismo brasileiro e a educação: Mapeando suas linhas de força. *Education Policy Analysis Archives*, 30. <https://doi.org/10.14507/epaa.30.7137>
- Torres, T. (2016). O fenômeno dos memes. *Ciência e Cultura*, 68(3), 15-20.
- Trindade, L. V. (2023). *Discursos de ódio nas redes sociais*. São Paulo: Jandaíra.
- Valente, M. G. (2020). A liberdade de expressão na internet: da utopia à era das plataformas. In: Faria J. E. (Ed.), *A liberdade de expressão e as novas mídias*, São Paulo: Perspectivas, p. 25-36.

Recebido: 30/12/2024  
Aceito: 11/03/2025  
Publicado: 20/06/2025

NOTA: A autora foi responsável pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.